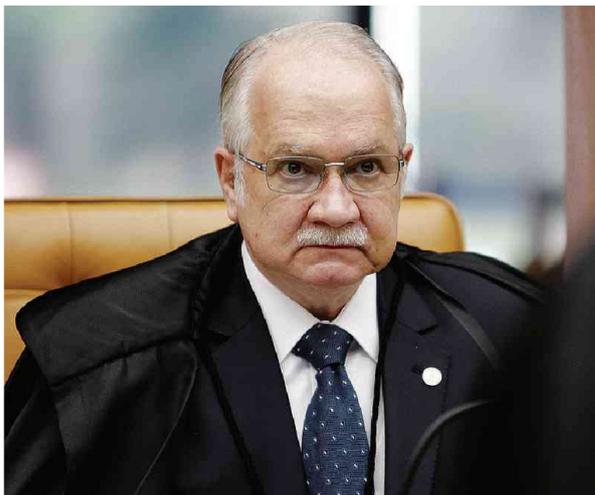


## TSE vê erro e rejeita pedidos de militares para eleições



O ministro Edson Fachin, presidente do TSE, durante sessão do STF Felipe Sampaio - 22.set.21/Divulgação STF

# TSE aponta erros de militares e rejeita novas propostas para eleições

Tribunal eleitoral responde a sete perguntas das Forças Armadas em meio à pressão de Jair Bolsonaro e do ministro da Defesa

Mateus Vargas

**BRÁSILIA** O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informou nesta segunda-feira (9) que rejeitou novas sugestões das Forças Armadas sobre o processo eleitoral de 2022. A decisão da corte ocorre no momento em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) amplia insinuações golpistas, ataques às urnas e promete contratar uma auditoria privada que pode, segundo ele, "complicar" o tribunal antes da eleição.

O TSE nega de forma assertiva as 7 sugestões dos militares e diz que o restante já está em prática, ou seja, que não há o que mudar.

Em ofício enviado aos membros da CTE (Comissão de Transparência Eleitoral), órgão que tem uma cadeira para as Forças Armadas, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, reafirma que o pleito deste ano terá segurança.

"A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira", afirmou Fachin.

Bolsonaro disse, na última semana, que o tribunal deveria "agradecer" ao Ministério da Defesa pelas propostas e "tomar providências".

Na resposta, a equipe do TSE aponta que as Forças Armadas confundem "conceitos" e erram cálculos ao apontar risco de inconformidade em testes de integridade das urnas.

O tribunal rejeita alterar, na eleição deste ano, a forma de seleção das urnas que vão passar por este tipo de auditoria, apesar de reconhecer que a escolha pode mudar no futuro.

O TSE ainda repete que não há "sala secreta" de totalização dos votos, um argumento repetido, sem provas, pelo presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, o TSE publicou em seu site documento com respostas a uma série de questionamentos das Forças

Depois disso, os militares enviaram, fora do prazo, segundo a corte, outras sete propostas.

O ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e Bolsonaro cobraram a divulgação destes documentos.

Procurada, a Defesa não se manifestou. Também não divulgou a íntegra dos questionamentos feitos ao tribunal.

No ofício à comissão, Fachin disse que o TSE "manterá a sua firme atuação voltada a garantir paz e segurança nas eleições, a aprimorar o processo eleitoral, a propagar informações de qualidade". O magistrado afirma que o tribunal eleitoral irá "exortar o respeito ao resultado das eleições como condição de possibilidade do Estado de Direito Democrático e de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da Constituição".

De forma resumida, as Forças Armadas haviam feito propostas sobre sete assuntos:

### 1. Sobre o nível de confiança do teste de integridade

Os militares apontaram baixo nível de confiança no teste de integridade das urnas e pediram para readequar a quantidade de urnas para a análise. Também recomendaram a elaboração de dois planos amostrais para o teste, um para as eleições federais e outro para as estaduais.

O TSE negou o pedido, afirmando "que já houve substancial aumento da amostra de urnas sujeitas ao teste de integridade [...], trabalhando-se hoje com um nível de confiança superior a 99%".

A equipe do tribunal avaliou que é aceitável a ocorrência de "inconformidade igual a 0,05%" nas urnas, mas que a Defesa "pressupõe, equivocadamente, a probabilidade de ocorrência de inconformidade igual a 50%".

Diz ainda que "o documento das Forças Armadas confunde os conceitos de erro amostral e risco de amostragem, ao supor que um nível de confiança de 95% deveria ter um erro amostral de 5%, e que um nível de confiança de 96% deveria ter um erro amostral de 4%".

“

A Justiça Eleitoral tem historicamente assegurado a realização de eleições íntegras em nosso país. O êxito e a credibilidade conquistados pela instituição nesta tarefa maior de promoção da democracia firmam esta Justiça especializada como verdadeiro patrimônio imaterial da sociedade brasileira

Edson Fachin presidente do TSE

### 2. Processo de amostragem aleatório para seleção de urnas do teste de integridade

Os militares pediram, e o TSE negou que fosse feita por sorteio a seleção das seções que serão analisadas nos testes de integridade. A regra atual permite que entidades fiscalizadoras, como partidos e os militares, façam a escolha destas urnas para a análise.

O TSE afirma que a proposta não é inviável e pode ser adotada em eleições futuras. Mas rejeitou a alteração para este ano, por entender que esta medida deveria passar por discussões de entidades fiscalizadoras, "uma vez que implicaria na supressão de um direito que lhes foi reconhecido".

### 3. Totalização com redundância pelos TRES

Os militares pediram para ser mantido o método de totalização dos votos nos TRES, o que o tribunal disse que já é feito. "De posse dos boletins de urna que saem das urnas eletrônicas, qualquer pessoa ou instituição pode fazer suas totalizações, e isso já é feito", disse ainda o TSE.

"A análise [da Defesa] deixa de considerar que a centralização [no TSE] foi somente de equipamentos, sem que se tenha promovido qualquer mudança no arco de competências das diversas instâncias jurídicas envolvidas no processo", afirmou o tribunal.

O TSE repete que "não existem salas secretas [de totalização dos votos], tampouco a menor possibilidade de alteração de votos no percurso".

### 4. Fiscalização e auditoria

Os militares afirmaram que o TSE, ao não distinguir os termos "auditoria" e "fiscalização" na legislação, "deixa, por conta disso, de prever uma auditoria independente do processo eleitoral". O TSE diz que já há possibilidade ampla de auditoria e que, por isso, "considera-se que a sugestão já se encontra hoje incorporada".



### **5. Inclusão de urnas UE2020 no Teste Público de Segurança**

As Forças Armadas sugeriram que sejam incluídas nos testes públicos de segurança (TPS) as urnas eletrônicas do modelo de 2020, as quais serão utilizadas neste ano.

O tribunal afirma que o modelo atual tem arquitetura de segurança compatível com a urna de 2015, que passou por este tipo de teste.

Diz que o novo modelo que “possui também aprimora-

mentos importantes que a torna mais segura do que o modelo 2015 e anteriores”.

Afirma ainda que a urna eletrônica passa por outros tipos de testes e que “entende-se que qualquer ataque à UE2020 seria mais improvável de ter sucesso que o modelo 2015”.

### **6. Procedimentos normativos para a hipótese de verificação de irregularidade em teste de integridade**

As Forças Armadas cobram melhor forma, divulgada de forma antecipada, de resposta à possível irregularidade encontrada no teste de integridade. Diz que as reações hoje previstas são “insuficientes”.

O TSE afirma que segue estudando o tema para eventual aprimoramento, mas que as regras eleitorais já contemplam respostas, como conferência das digitações das cédulas divergentes.

“Caso verificada alguma inconsistência nos testes de integridade, a qual não seja solucionada pela contagem dos votos ou pelos registros de filmagem, caberá à juíza ou ao juiz eleitoral adotar as providências e investigações necessárias para elucidar a questão.”

### **7. Duplicidade entre abstenção e voto**

Os militares pediram divulgação de relatório de abstenções e dos dados dos óbitos entre eleitores registrados.

O TSE negou o pedido. Disse que as entidades fiscalizadoras já podem atuar se houver indício de fraude. “Pondera-se ainda que, caso acatadas as sugestões em tela, poder-se-á desrespeitar os princípios da adequação e da necessidade, previstos no art. 6º, incisos II e III, da Lei nº 13.709/2018, cognominada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4 e 5